

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS DO TRABALHO ENTRE MIGRANTES POR RAÇA/COR: UMA ABOARDAGEM POR REGRESSÕES QUANTÍLICAS – 2000/2010

*INCOME DIFFERENTIALS AMONG MIGRANTS BY RACE/COLOR:
AN APPROACH BY QUANTIL REGRESSIONS – 2000/2010*

Luís Abel da Silva Filho¹

Joice Pereira de Souza²

Alexandre Nunes de Almeida³

RESUMO

Os diferenciais de rendimentos do trabalho no Brasil são sobremaneira elevados e afetam os empregados de acordo com suas características socioeconômicas e demográficas. Diante disso, este artigo visa analisar os diferenciais de rendimentos do trabalho entre os migrantes, segundo a raça/cor. Os dados são oriundos dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e de 2010. Para analisar os diferenciais de rendimentos entre migrantes brancos e não brancos, recorre-se ao uso de Regressões Quantílicas. Os resultados da análise mostram que os diferenciais de rendimentos do trabalho, mesmo entre os migrantes que, em média, auferem maiores produções que os não migrantes no Brasil – quando analisado por raça/cor –, apresentaram-se elevados entre os brancos, mais favorecidos, e não brancos. Ademais, em todas as quantias da distribuição condicional dos salários, os migrantes brancos auferiram rendimentos do trabalho superiores aos não brancos.

Palavras-chave: diferenciais de rendimentos do trabalho, migrantes, raça/cor.

ABSTRACT

Differentials in earnings from work in Brazil are extremely high and affect the employed according to their socioeconomic and demographic characteristics. Therefore, this article aims to analyze the differentials in labor income among migrants, according to race/color. The data come from the Demographic Censuses of 2000 and 2010. To analyze the income differentials between white and non-white migrants, Quantile Regressions are used. The results show that the differentials in earnings from work, even among migrants who, on average, earn higher incomes than non-migrants in Brazil – when analyzed by race/color – were high among white and non-white migrants in favor those. Furthermore, in all quantiles of the conditional distribution of wages, white migrants earned higher earnings from work than non-whites.

Keywords: differentials of income from work, migrants, race/color.

¹ Doutor em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Professor Adjunto na Graduação e no Mestrado em Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Desenvolvendo Atividades de Pós-doutorado em Economia NEREUS-FEA-USP. Bolsista de Pós-Doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: abeleconomia@hotmail.com; luis.abel@urca.br

² Graduada em Economia pela Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: joiceeconomia@outlook.com

³ Doutor em Economia Agrícola, University of Connecticut; *Professor Doutor da ESALQ-USP*. E-mail: alex.almeida@usp.br

1. INTRODUÇÃO

Os diferenciais de rendimentos do trabalho no Brasil são estudados em diversas perspectivas de abordagens. A questão da raça/cor, bem como a do sexo, demandam substancial espaço nas discussões, sendo essas as características que afetam sobremaneira as disparidades de renda do trabalho (PRATA, 2009) e sendo, também, as mais relevantes às discussões em contextos de inclusão social e igualdade racial ao redor do mundo. Tais questões estão longe de ser os únicos determinantes das desigualdades de renda do trabalho no Brasil, uma vez que a estrutura deste mercado; a localização e o perfil dos postos de trabalho; a questão regional (SILVEIRA NETO; CAMPELO, 2003); os níveis de escolaridade (ROCHA; CAMPOS; BITTENCOURT, 2010); bem como a condição de migração são relevantes e repercutem sobre a desigualdade de renda do trabalho no país (SILVA FILHO; RESENDE, 2018).

As expressivas desigualdades de renda laboral no mercado de trabalho brasileiro persistem, mesmo quando se controla pelo efeito da escolaridade (BARROS; LAM, 1993; PRATA, 2009; SAVATO; FERREIRA; DUARTE, 2010; OLIVEIRA; SILVEIRA NETO, 2015; RIBEIRO, 2017), que é um dos principais determinantes da renda do trabalho, uma vez que homens e mulheres, brancos e não brancos, migrantes e não migrantes reduzem os diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho possuindo características semelhantes no que diz respeito à escolaridade. Esses diferenciais de rendimentos do trabalho podem resultar dos efeitos discriminação à força de trabalho feminina, não branca e migrante, comparativamente aos seus pares, mesmo com redução dos discrepância de escolaridade entre os grupos nos últimos anos (GAMA; MACHADO, 2014; SILVA FILHO et al., 2019).

No mercado de trabalho brasileiro é consensual a disparidade de renda a partir da raça/cor dos ocupados. Os não brancos auferem rendimentos do trabalho inferiores aos brancos, mesmo que essas disparidades venham reduzindo-se ao longo dos anos. Além disso, a raça/cor também afeta sobremaneira a condição de inserção no mercado de trabalho brasileiro, sendo não brancos maioria na informalidade e, na maioria das vezes, com remuneração substancialmente inferior aos seus pares empregados no mesmo contexto e sob as mesmas condições. Assim sendo, é oportuno analisar se há efeitos da raça/cor sobre as desigualdades de renda do trabalho no Brasil e se ela se perpetua ao longo dos anos.

Igualmente importante nos estudos das desigualdades salariais no mercado de trabalho brasileiro é a condição de migração. Muitas questões referentes à seletividade e ao investimento em migração têm sido abordadas, procurando analisar os efeitos da seletividade, bem como do investimento em migração sobre os diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho (RIBEIRO; BASTOS, 2004; BATISTA; CACCIAMALI, 2009; GAMA; MACHADO, 2014; SILVA; SILVA FILHO; CAVALCANTI, 2016; GAMA; HERMETO, 2017). Em favor dos migrantes, por um lado são atribuídas as características não observáveis que afetam os diferenciais de rendimentos (SILVA; SILVA FILHO; CAVALCANTI, 2016; SILVA FILHO; RESENDE, 2018; SILVA FILHO; MAIA, 2019); por outro, atribui-se ao investimento em migração (MACIEL; OLIVEIRA, 2011) dado pela maior escolaridade da força de trabalho migrante brasileira.

Assim sendo, este artigo pretende avançar na discussão acerca dos efeitos das características socioeconômicas e demográficas sobre os diferenciais de rendimentos do trabalho no Brasil, considerando a população migrante a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e de 2010. (IBGE, 2000, 2010) A abordagem empírica tem como recorte a população migrante dividida em dois grupos, a saber: branca e não branca. Inicialmente, a análise empírica versa acerca das desigualdades salariais ao longo da distribuição condicional da renda do trabalho, tendo como foco a desigualdade entre brancos e não brancos migrantes.

Identificada a existência desse fator entre os grupos, procura-se separá-los em duas amostras e verificar de que forma as características socioeconômicas e demográficas afetam as disparidades salariais dentro delas.

Considerando-se que os migrantes auferem rendimentos do trabalho superiores aos não migrantes, procura-se, neste estudo, analisar as proporções em que as características socioeconômicas e demográficas em dois grupos de raça/cor distintas afetam as diferenças salariais da força de trabalho. Ou seja, de que forma estas características podem impactar nos diferenciais de rendimentos do trabalho entre os migrantes não brancos e entre os migrantes brancos?

Para atingir o objetivo proposto, o artigo encontra-se assim estruturado: além destas considerações iniciais; na segunda seção, tem-se uma revisão da literatura acerca das disparidades salariais no mercado de trabalho brasileiro. Na terceira seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados; na quarta seção, têm-se os resultados e discussões apresentados; por fim, na última seção, tecem-se as considerações finais e as perspectivas de novas abordagens.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Seção destinada à apresentação do tratamento empírico dos dados utilizados como suporte à base do estudo.

2.1 Base de dados, recorte temporal e amostra.

Como mencionado, os dados utilizados neste estudo são oriundos dos microdados dos Censos Demográficos Brasileiros referentes aos anos de 2000 e de 2010. A amostra foi composta pela população com rendimentos do trabalho maior que zero e com idade entre 18 e 60 anos. O recorte inicial da idade deu-se pelo fato do trabalho formal ser a variável de controle e estar apenas estendido às pessoas com idade igual ou superior aos 18 anos, além da decisão de migração de natureza individual poder ser atribuída àqueles que têm maioridade legal. Já os indivíduos acima de 60 anos também foram excluídos da análise pelo fato de serem elegíveis para fins de aposentadoria e por serem menos propensos a migrar (SILVA; SILVA FILHO; CAVALCANTI, 2016; SILVA FILHO, 2017; SILVA FILHO et al., 2019). Ademais, este estudo optou por analisar somente os migrantes de data fixa, ou seja, aqueles que estão como residentes fixos a menos de cinco anos nos locais de destinos.

2.2 Descrição das variáveis

As variáveis utilizadas como suporte analítico do artigo estão apresentadas abaixo (Quadro 1), com suas respectivas descrições.

QUADRO 1 – DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 2000/2010

Variáveis	Descrição
Migra	<i>Dummy</i> (1) para as pessoas brancas e não brancas que declararam nos Censos Demográficos de 2000 e de 2010 residir em outro município em 1995 e em 2005, respectivamente, (0) caso não tenham mudado de município.
Raça/cor	<i>Dummy</i> (1) para os não brancos (pretos e pardos), (0) para os brancos. Indígenas e amarelos foram retirados da amostra por não fazerem parte do objetivo deste estudo.

Variáveis	Descrição
Sexo	<i>Dummy</i> (1), quando o indivíduo declarou-se do sexo masculino, (0) para o sexo feminino.
Idade	Idade (em anos) declarada pela pessoa em resposta aos Censos.
Idade ²	Idade (em anos) da pessoa elevada ao quadrado, utilizada como proxy de experiência.
Estado Civil	<i>Dummy</i> (1) para pessoas que se declararam casados(as), (0) os demais casos.
Chefe de domicílio	<i>Dummy</i> (1) para pessoas que se declararam responsáveis pelos domicílios, (0) para os demais casos.
Seminstfundinc	Escolaridade das pessoas que declararam não possuir instrução ou ter somente o ensino fundamental incompleto.
Fundcompmedinc	Escolaridade das pessoas que declararam ter o ensino fundamental completo e ensino médio incompleto.
Medcompsupinc	Escolaridade das pessoas que declararam ter o ensino médio completo e o ensino superior incompleto.
Supcomp	Escolaridade das pessoas que declararam ter o ensino superior completo.
Urbano	Para pessoas que declararam residir em áreas urbanas
ICS	<i>Dummy</i> (1) para pessoas ocupadas na indústria, comércio ou serviço, (0) para os ocupados nos demais setores de atividade econômica.
Previdência	<i>Dummy</i> (1) para os trabalhadores contribuintes de previdência social no trabalho principal ou em outro trabalho; (0) para os não contribuintes de previdência social.
NO	<i>Dummy</i> para as pessoas que declararam residir em algum município na região Norte.
NE	<i>Dummy</i> para as pessoas que declararam residir em algum município na região Nordeste.
SE	<i>Dummy</i> para as pessoas que declararam residir em algum município na região Sudeste.
SU	<i>Dummy</i> para as pessoas que declararam residir em algum município na região Sul.
CO	<i>Dummy</i> para as pessoas que declararam residir em algum município na região Centro-Oeste.
Pobreza domiciliar	Para os domicílios que possuem renda domiciliar <i>per capita</i> inferior a ¼ do salário mínimo.
Pobreza no trabalho	Para pessoas que auferem rendimentos do trabalho inferiores a ¼ do salário mínimo.
Renda <i>per capita</i>	Total dos rendimentos divididos por pessoa.
Renda do trabalho	Renda do trabalho principal ou de outro trabalho.

2.3 Descrição do método

O uso de Regressões Quantílicas pode ser empregado em estudos de natureza empírica com o propósito de analisar como os quantis de uma variável dependente – renda do trabalho de migrantes não brancos e migrantes brancos – mudam, com flutuações nas variáveis independentes (raça/cor, sexo, idade, idade², estado civil, condição domiciliar, escolaridade, tipo de vínculo trabalhista, região de ocupação, entre outras). A renda do trabalho do migrante branco e do migrante não branco, em sua forma logarítmica, é a variável explicada. Buscou-se aqui analisar estes *cross-sections* com o intuito de verificar nos intervalos os possíveis efeitos das explicativas sobre a explicada.

A partir do uso de Regressões Quantílicas, é possível mensurar o comportamento das variáveis explicativas em vários pontos da distribuição condicional da renda do trabalho dos migrantes ocupados, sendo o logaritmo natural da renda ($\ln_rendatrab$) a variável a ser explicada. Quando o comportamento médio de uma variável (a partir de estimações por Mínimos Quadrados Ordinários – MQO) não reflete os efeitos da existência de possível *Outliers*,

sugere-se o uso desse tipo de análise estatística para captar o que condiciona as disparidades salariais ao longo da distribuição condicional da renda do trabalho (KOENKER; BASSET, 1978; BUCHINSKY, 1998).

O uso de Regressões Quantílicas faz-se pertinente quando é observada a existência de *Outliers* na variável dependente ($\log_rendatrab$). Diante disso, recorreu-se ao uso deste instrumental empírico, amplamente utilizado em pesquisas dessa natureza em todo o mundo, desde o seu primeiro uso apresentado por Koenker e Basset (1978).

Segundo Buchinsky (1998), a presença de *Outliers* em conjunto de dados faz com que a escolha pela Regressão Quantílica seja bastante útil, uma vez que esta, ao tratar os pontos da distribuição da variável e não sua média, representa-se mais consistente, já que os dados da média apresentam-se muito díspares. Assim sendo, buscou-se neste artigo estimar os efeitos das características socioeconômicas e demográficas sobre os diferenciais de rendimentos do trabalho, a partir do uso de Regressão Quantílica nos percentis de $y_i(10,25,50,75,90)$.

Em cada um dos percentis de $y_i(10,25,50,75,90)$, ter-se-á o impacto das variáveis explicativas contidas em x (características socioeconômicas e demográficas) sobre y ($\log_rendatrab$), em cada ponto da distribuição condicional dos salários auferido no trabalho por migrantes não brancos e migrantes brancos. A estimação foi feita a partir da equação que se segue:

$$\begin{aligned} \ln w_i = & \beta_1^0 + \beta_2^0 sex_i + \beta_3^0 exp + \beta_4^0 exp^2 + \beta_5^0 urbano + \beta_6^0 chefedom + \beta_7^0 estadocivil \\ & + \beta_8^0 Fundcompmedinc + \beta_9^0 Medcompsupinc + \beta_{10}^0 Supcomp + \beta_{11}^0 Previdencia \\ & + \beta_{12}^0 ICS + \beta_{13}^0 NO + \beta_{14}^0 SE + \beta_{15}^0 SU + \beta_{16}^0 CO \\ & + \varepsilon_{\theta i} \end{aligned}$$

Onde, para cada indivíduo i , w é logaritmo neperiano do salário dos rendimentos do trabalho, enquanto as covariadas estão definidas no quadro 1 desta seção. O pacote *quantreg* do R versão 3.6.0 foi utilizado para a estimação das equações.

2.4 Diferenciais de rendimentos do trabalho entre migrantes brancos e não brancos no Brasil

O conjunto de estatísticas descritivas das variáveis expostas⁴ na Tabela 1 mostram que tanto os migrantes brancos quanto os não brancos são, em sua maioria, homens com idade entre 32 e 35 anos em 2000 e 2010, sendo os migrantes não brancos com menor participação relativa de casados, além de ser a maioria relativa de migrantes chefes de domicílios entre os dois grupos.

No que diz respeito à escolaridade, no ano 2000, 73,54% dos migrantes não brancos eram sem instrução ou tinham ensino fundamental incompleto, mas, apesar da taxa ainda ser bastante elevada, reduziu-se para 52,41% no ano de 2010. Já os migrantes brancos saíram de 53,15% para 34,84% no primeiro e no último ano, respectivamente. Além disso, eleva-se a participação de ambos os grupos nas outras faixas de escolaridade. Destaca-se, a participação relativa dos migrantes brancos com ensino superior, que saiu de 3,93% no ano 2000, para 16,23% no ano de 2010, enquanto os migrantes não brancos saíram de aproximadamente 1% para 5,18%, respectivamente.

É pertinente destacar que alguns estudos mostram que os migrantes são mais escolarizados que os não migrantes, tendo em vista que a elevação dos níveis de escolaridade

⁴ O quadro 1 apresenta a definição das variáveis utilizadas no trabalho.

é um dos componentes do investimento em migração, sendo, portanto, uma possível causa para a sua escolaridade média mais elevada (GAMA; MACHADO, 2014; GAMA; HERMETO, 2017; SILVA; SILVA FILHO; CAVALCANTI, 2016; SILVA FILHO et al., 2019).

TABELA 1 – VALORES MÉDIOS DAS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS PARA MIGRANTES NÃO BRANCOS E MIGRANTES BRANCOS NO BRASIL - 2000/2010

Variáveis	2000		2010	
	Migrante Não Branco	Migrante Branco	Migrante Não Branco	Migrante Branco
Sexo (masculino)	67,75	64,51	61,60	58,32
Idade	32,60	33,74	34,13	35,42
Estado civil (casado)	37,13	47,96	32,77	42,08
Chefe de domicílios	53,91	54,39	51,89	51,84
Urbano	84,12	86,13	88,14	91,11
Seminstfundinc	73,54	53,15	52,41	34,84
Fundcompmedinc	13,33	17,28	19,32	18,28
Medcompsupinc	11,16	24,82	22,92	30,47
Supcomp	0,72	3,93	5,18	16,23
Previdência	8,56	19,78	13,88	26,52
ICS	38,64	49,88	31,47	39,96
NO	14,76	6,17	15,52	6,61
NE	36,49	17,57	33,37	17,28
SE	26,62	34,07	28,58	37,21
SU	7,12	29,33	7,67	27,04
CO	15,01	12,85	14,86	11,86
Renda do trabalho	719,81	1.534,24	893,77	1.625,20

Fonte: elaboração dos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 2000/2010.

No que diz respeito à formalidade dos migrantes no mercado de trabalho brasileiro, os não brancos, no ano 2000, tinham participação relativa de 8,56% como contribuintes de previdência social no trabalho principal ou em outro; já os migrantes brancos registravam 19,78% na mesma condição. No ano de 2010 elevou-se a participação de ambos os grupos, sendo que os não brancos atingiram 13,88% e os brancos 26,52%, com registros formais no mercado de trabalho. Ademais, quando comparados migrantes a não migrantes, a informalidade no mercado de trabalho é maior para aqueles, em detrimento destes (SILVA FILHO, 2017), apesar de os migrantes serem, em média, melhor remunerados que os não migrantes (GAMA; MACHADO, 2014; SILVA FILHO, 2017).

No que diz respeito à participação de trabalhadores em atividades da indústria, comércio ou serviços – ICS, por condição de migração, observa-se que no ano 2000, 49,88% dos migrantes brancos estavam ocupados em algum desses setores, já os migrantes não brancos eram 38,64%. No ano de 2010, reduziram-se as participações relativas dos dois grupos ocupados na ICS, sendo que ainda se registrou aproximadamente 39,96% e 31,47%

dos migrantes brancos e não brancos, respectivamente. Considerando-se que estes são os setores da atividade econômica de melhor desenvolvimento das atividades laborais da força de trabalho, vê-se que há maior capacidade ocupacional migrante branca em ambos os anos.

No que diz respeito à participação relativa de migrantes por raça/cor dentre as regiões, a maior participação relativa de não brancos foi registrada no Nordeste, 36,49% e 33,37% no ano 2000 e em 2010, respectivamente. Já os migrantes brancos tiveram maior participação no Sudeste, 34,07% no ano 2000 e 37,21% em 2010. Em relação à região com menor incidência de migrantes não brancos, foi a região Sul; e a com menos migrantes brancos, foi a região Nordeste, em ambos os anos.

Ademais, a renda real média do migrante não branco era de R\$ 719,81 no ano 2000, elevando-se para R\$ 893,77 em 2010. Já os migrantes brancos auferiram R\$ 1.534,24 no primeiro ano, aumentando para R\$ 1.625,20 no segundo. Cabe aqui destacar que a escolaridade pode afetar diretamente os rendimentos, ou seja, à medida que se elevam as faixas de escolaridade, maiores os rendimentos auferidos pelos indivíduos. Todavia, também é relevante salientar que não são apenas as características socioeconômicas e demográficas que possibilitam melhores rendimentos aos migrantes, mas também atributos não observáveis que afetam diretamente as discrepâncias salariais, conforme sugerem os estudos de Santos Júnior (2002); Santos Júnior, Menezes-Filho e Ferreira (2003); Freguglia (2007); e Gama e Machado (2014).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os impactos das características socioeconômicas e demográficas sobre os diferenciais de rendimentos do trabalho são confirmados em vários estudos realizados internacionalmente e no Brasil ao longo dos anos (SJAASTAD, 1962; SCHULTZ, 1967; LEE, 1980; SILVA FILHO, 2017; SILVA FILHO; MAIA, 2018). Questões como raça/cor, escolaridade, idade, sexo, dentre outras impactam sobre os diferenciais de rendimentos do trabalho, sendo que os efeitos destas características sobre os diferenciais de rendimentos do trabalho vêm apresentando redução relativa ao longo dos anos, conforme pode ser confirmado numa série de estudos que analisam esta questão por diversas perspectivas (GAMA; MACHADO, 2014; SILVA; SILVA FILHO; CAVALCANTI, 2016; GAMA; HERMETO, 2017; SILVA FILHO et al., 2019).

No que diz respeito às disparidades de renda do trabalho entre os migrantes, os estudos aplicados à migração no Brasil mostram que as características socioeconômicas impactam entre os indivíduos deste grupo relativamente semelhantes aos demais (RIBEIRO; BASTOS, 2004; BATISTA; CACCIAMALI, 2009; GAMA; MACHADO, 2014; GAMA; HERMETO, 2017; SILVA; SILVA FILHO; CAVALCANTI, 2016, SILVA FILHO, 2017). Além disso, conforme os dados da Tabela 2, as estimações nos pontos da distribuição condicional da renda do trabalho apontam que essas disparidades foram registradas nos dois Censos Demográficos em observação. Ou seja, entre os migrantes, os não brancos auferiram rendimentos do trabalho inferior àqueles registrados para os brancos tanto no ano 2000 quanto em 2010, como ainda se registrou que tal disparidade é presente em todos os pontos da distribuição condicional da renda do trabalho.

É pertinente destacar que as disparidades de renda entre brancos e não brancos cresceu ao longo da distribuição condicional dos rendimentos oriundos do trabalho. Ou seja, os coeficientes no primeiro decil do ano 2000, assim como do ano de 2010, são inferiores àqueles registrados no 90º percentil no primeiro e no último ano em análise, evidenciando-se que as disparidades de renda por raça/cor elevaram-se ao longo da análise dos ganhos trabalhistas entre os migrantes brasileiros. Outrossim, faz-se oportuno ilustrar que os coeficientes registrados no ano de 2010 são inferiores àqueles registrados no ano 2000, o que sugere leve redução das desigualdades de raça/cor entre os migrantes ao longo dos anos.

TABELA 2 – EFEITOS DAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS SOBRE OS DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS DO TRABALHO ENTRE MIGRANTES NO BRASIL - 2000/2010

<i>Variável dependente = ln_rendatraba:</i>										
Variáveis	(1º Decil - 2000)	(1º Decil - 2010)	(1º Quartil - 2000)	(1º Quartil - 2010)	(Mediana - 2000)	(Mediana - 2010)	(3º Quartil - 2000)	(3º Quartil - 2010)	(9º Percentil - 2000)	(9º Percentil - 2010)
Sexo (masculino)	0.341*** (0.005)	0.519*** (0.006)	0.347*** (0.004)	0.509*** (0.004)	0.365*** (0.003)	0.443*** (0.003)	0.389*** (0.003)	0.435*** (0.004)	0.402*** (0.005)	0.438*** (0.005)
Não Branco	-0.128*** (0.005)	-0.112*** (0.006)	-0.123*** (0.003)	-0.095*** (0.004)	-0.135*** (0.003)	-0.097*** (0.003)	-0.158*** (0.003)	-0.124*** (0.004)	-0.191*** (0.005)	-0.162*** (0.005)
Idade	0.054*** (0.001)	0.067*** (0.002)	0.056*** (0.001)	0.061*** (0.001)	0.058*** (0.001)	0.053*** (0.001)	0.063*** (0.001)	0.051*** (0.001)	0.068*** (0.001)	0.057*** (0.001)
Idade ²	-0.001*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	-0.001*** (0.000)
Chefedom	0.290*** (0.006)	0.175*** (0.006)	0.225*** (0.004)	0.136*** (0.004)	0.214*** (0.003)	0.119*** (0.003)	0.227*** (0.004)	0.128*** (0.004)	0.255*** (0.006)	0.152*** (0.005)
Casado	0.073*** (0.005)	0.064*** (0.007)	0.072*** (0.003)	0.051*** (0.004)	0.082*** (0.003)	0.059*** (0.003)	0.106*** (0.004)	0.083*** (0.004)	0.139*** (0.006)	0.122*** (0.006)
Urbano	0.367*** (0.006)	0.436*** (0.008)	0.278*** (0.004)	0.306*** (0.006)	0.263*** (0.003)	0.222*** (0.004)	0.269*** (0.004)	0.202*** (0.004)	0.249*** (0.006)	0.197*** (0.006)
Fundcompmedinc	0.258*** (0.006)	0.236*** (0.008)	0.222*** (0.004)	0.194*** (0.005)	0.228*** (0.004)	0.163*** (0.004)	0.269*** (0.004)	0.174*** (0.004)	0.327*** (0.007)	0.201*** (0.006)
Medcompsupinc	0.591*** (0.006)	0.487*** (0.008)	0.588*** (0.005)	0.419*** (0.005)	0.681*** (0.005)	0.385*** (0.004)	0.833*** (0.005)	0.431*** (0.005)	0.937*** (0.008)	0.522*** (0.007)
Supcomp	1.335*** (0.015)	1.019*** (0.011)	1.454*** (0.014)	1.021*** (0.009)	1.582*** (0.012)	1.144*** (0.008)	1.657*** (0.011)	1.298*** (0.009)	1.662*** (0.017)	1.400*** (0.012)
Previdência	0.461*** (0.006)	0.415*** (0.007)	0.472*** (0.005)	0.344*** (0.005)	0.551*** (0.005)	0.351*** (0.005)	0.668*** (0.006)	0.448*** (0.006)	0.769*** (0.009)	0.565*** (0.009)
ICS	0.149*** (0.005)	0.193*** (0.006)	0.184*** (0.003)	0.170*** (0.004)	0.207*** (0.003)	0.162*** (0.003)	0.249*** (0.003)	0.202*** (0.004)	0.342*** (0.005)	0.278*** (0.006)
NO	0.449*** (0.008)	0.445*** (0.010)	0.354*** (0.006)	0.356*** (0.007)	0.307*** (0.005)	0.284*** (0.005)	0.301*** (0.005)	0.268*** (0.006)	0.329*** (0.010)	0.301*** (0.009)
SE	0.548*** (0.006)	0.532*** (0.009)	0.478*** (0.004)	0.466*** (0.005)	0.432*** (0.004)	0.364*** (0.004)	0.400*** (0.004)	0.319*** (0.005)	0.351*** (0.006)	0.279*** (0.006)
SU	0.418*** (0.008)	0.536*** (0.010)	0.344*** (0.005)	0.456*** (0.007)	0.297*** (0.005)	0.358*** (0.005)	0.261*** (0.005)	0.313*** (0.006)	0.229*** (0.008)	0.292*** (0.008)
CO	0.561*** (0.008)	0.672*** (0.009)	0.468*** (0.005)	0.553*** (0.006)	0.416*** (0.005)	0.436*** (0.005)	0.372*** (0.005)	0.396*** (0.006)	0.347*** (0.008)	0.386*** (0.009)
Constant	3.129*** (0.023)	2.737*** (0.031)	3.665*** (0.016)	3.564*** (0.021)	4.059*** (0.013)	4.334*** (0.016)	4.319*** (0.014)	4.762*** (0.016)	4.581*** (0.022)	4.979*** (0.024)

Significância: *** significante a 1%; ** significante a 5%; * significante a 10%.

Fonte: elaboração dos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 2000/2010.

No que diz respeito às disparidades por sexo, em todos os pontos da distribuição condicional da renda do trabalho os homens auferiam rendimentos do trabalho superiores àqueles auferidos pelas mulheres. Ademais, os coeficientes registrados mostraram elevar-se ao longo da distribuição. Outrossim, em alguns pontos da distribuição condicional da renda do trabalho os coeficientes registrados em 2010 foram superiores àqueles registrados no ano 2000, sugerindo elevação das disparidades por sexo entre os migrantes brasileiros. Além disso, a renda aumentava com a idade a taxas decrescentes ao longo dos anos. Os chefes de domicílios auferiam rendimentos superiores àqueles que ocupavam outras posições, assim como os residentes em áreas urbanas recebiam rendimentos mais elevados que os de áreas rurais em toda a distribuição condicional da renda nos anos analisados.

No concernente às características socioeconômicas, a renda era maior para os mais escolarizados em todos os pontos da distribuição condicional dos rendimentos do trabalho, bem como para aqueles amparados por vínculos trabalhistas, com seguros em institutos de previdência, que obtinham rendimentos mais elevados que os trabalhadores informais em todos os pontos da distribuição salarial, nos dois anos em apreço. Migrantes ocupados na indústria ganhavam rendimentos superiores àqueles ocupados em outros setores, ademais, aqueles ocupados no Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, em todos os pontos da distribuição da renda do trabalho, auferiam rendimentos superiores aos ocupados no Nordeste, tanto no ano 2000 quanto no ano de 2010.

Dessa forma, os fluxos migratórios se constituem como fatores importantes à compreensão acerca das mudanças ocasionadas nas esferas estruturais relacionadas à produção e ao mercado de trabalho, principalmente àquelas associadas às alterações nos níveis salariais registradas em âmbito regional (FERREIRA, 2001; FREGUGLIA, 2007; SILVA FILHO; SANTOS; SIQUEIRA, 2018). Por isso, nesta subseção, os diferenciais de rendimentos dos migrantes não brancos e brancos no Brasil são analisados a partir do método de Regressões Quantílicas. Esta análise possibilita verificar como as características determinantes dos rendimentos do trabalho se comportam no decorrer da distribuição condicional dos salários, a partir dos seus quantis. Além disso, foi realizado o teste de comparação de médias (Teste de Tukey), rejeitando a hipótese de que as médias são iguais a 5% de significância, ou seja, as dos dois grupos são diferentes, podendo, portanto, ser comparadas.

Pelos resultados da Tabela 3, verifica-se que no primeiro decil da distribuição condicional dos rendimentos, a variável sexo possuía grande influência sobre as discrepâncias salariais. No ano 2000, os homens migrantes não brancos auferiam rendimentos do trabalho 39% a mais que as mulheres migrantes não brancas, elevando substancialmente essa discrepância salarial para 61% no ano de 2010. Já os homens migrantes brancos ganhavam 38% a mais em relação às mulheres migrantes brancas no ano 2000, aumentando para 54% em 2010. Assim, identifica-se uma elevada desigualdade de renda para o segundo o sexo, sobretudo, entre os não brancos. Essa desigualdade salarial entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho brasileiro a partir de Regressões Quantílicas também foi constatada nos estudos de Maciel e Oliveira (2011) e Silva Filho, Santos e Siqueira (2018).

Observa-se que tanto os migrantes não brancos quanto os brancos que moravam em áreas urbanizadas recebiam rendimentos superiores em relação àqueles que residiam em áreas rurais, sendo que estas diferenças se elevaram quando comparado o primeiro ao último ano em análise, sobretudo em favor dos migrantes não brancos. Além disso, o estado civil (casado) também influenciava positivamente nos diferenciais de rendimentos. No ano 2000, um migrante não branco casado ganhava 5% a mais do que um migrante não branco em outra situação marital. Já um migrante branco com esse mesmo estado civil auferia 11% a mais em relação a um migrante branco em outra situação conjugal. Contudo, no ano de 2010, as discrepâncias salariais se reduziram para 3% e 9%, respectivamente, em detrimento aos seus pares.

TABELA3 – DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS ENTRE MIGRANTES NÃO BRANCOS E MIGRANTES BRANCOS NO BRASIL - 2000/2010: 1º DECIL

1º Decil	2000		2010	
	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco
(Intercepto)	3,324*** (0,053)	3,445*** (0,049)	3,075*** (0,075)	3,065*** (0,083)
Sexo (masculino)	0,385*** (0,012)	0,383*** (0,010)	0,609*** (0,014)	0,540*** (0,014)
Idade	0,039*** (0,003)	0,035*** (0,003)	0,051*** (0,004)	0,060*** (0,004)
Idade2	-0,001*** (0,000)	0,000*** (0,000)	-0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Urbano	0,362*** (0,012)	0,373*** (0,013)	0,403*** (0,018)	0,383*** (0,020)
Chefe de domicílio	0,237*** (0,011)	0,275*** (0,010)	0,129*** (0,014)	0,102*** (0,014)
Estado civil (casado)	0,046*** (0,010)	0,107*** (0,009)	0,033** (0,015)	0,086*** (0,013)
Fundcompmedinc	0,275*** (0,011)	0,273*** (0,011)	0,254*** (0,020)	0,286*** (0,019)
Medcompsupinc	0,554*** (0,014)	0,581*** (0,010)	0,415*** (0,017)	0,458*** (0,017)
Supcomp	1,133*** (0,071)	1,332*** (0,018)	1,003*** (0,028)	1,008*** (0,020)
Previdência	0,389*** (0,016)	0,477*** (0,011)	0,363*** (0,018)	0,395*** (0,015)
ICS	0,111*** (0,010)	0,192*** (0,009)	0,173*** (0,014)	0,170*** (0,013)
NO	0,442*** (0,016)	0,410*** (0,017)	0,440*** (0,020)	0,448*** (0,026)
SE	0,573*** (0,012)	0,466*** (0,012)	0,576*** (0,018)	0,517*** (0,020)
SU	0,412*** (0,020)	0,385*** (0,013)	0,533*** (0,024)	0,471*** (0,021)
CO	0,627*** (0,012)	0,501*** (0,014)	0,680*** (0,020)	0,568*** (0,023)

Significância: *** significante a 1%; ** significante a 5%; * significante a 10%.

Fonte: elaboração dos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 2000/2010.

Ademais, os resultados mostram que entre as características observáveis dos indivíduos, a escolaridade é uma das que possui maior influência sobre os diferenciais de rendimentos, o que converge com a literatura nacional e internacional (SJAASTAD, 1962; SCHULTZ, 1967; LEE, 1980; SILVA FILHO, 2017; SILVA FILHO; MAIA, 2018). Assim, na medida em que se avançam nos níveis de escolaridade, os retornos salariais elevam-se. Destaca-se o fato de que,

no ano 2000, um migrante não branco com ensino superior ganhava 113% a mais do que um sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto (categoria de referência). Já entre os migrantes brancos, os coeficientes mostraram maior magnitude, onde alguém com ensino superior auferia 133% a mais do que aquele na categoria de referência. Em 2010, ambos os grupos auferiram rendimentos superiores aos seus pares sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, mas com retornos à educação formal inferiores quando comparados ao ano 2000.

No que se refere ao fato de ser contribuinte de previdência social, ambos os grupos (migrantes não brancos e brancos) auferiram rendimentos em seu favor, comparativamente aos seus pares que não eram assegurados pela previdência. Entretanto, esses diferenciais se reduziram no ano de 2010, em detrimento ao ano 2000.

Além disso, os migrantes que moravam nas regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste auferiam rendimentos superiores, em relação àqueles que moravam na região Nordeste (categoria omitida), em ambos os anos. Destacam-se, principalmente, os rendimentos auferidos pelos migrantes que residiam no Centro-Oeste, visto que no ano 2000 os não brancos ganhavam 63% a mais, em detrimento daqueles que moravam na região de referência; aumentando esse diferencial para 68% no ano de 2010. Já os migrantes brancos residentes nessa região, auferiram 50% a mais no ano 2000, elevando-se para 57% no ano de 2010.

Na Tabela 4 são analisadas as mesmas características socioeconômicas e demográficas que contribuíram com as discrepâncias salariais no primeiro quartil, mudando apenas os impactos destas características neste ponto da distribuição da renda. Constata-se que, no primeiro quartil da distribuição condicional dos salários, ser do sexo masculino também corroborava maiores rendimentos, tanto para os migrantes não brancos, quanto para os brancos, sendo que essas diferenças se elevaram quando comparado o primeiro ao último ano. Ressaltam-se os diferenciais entre os migrantes não brancos, uma vez que os homens auferiram 36% a mais que as mulheres no ano 2000, elevando esse diferencial para 55% no ano de 2010. Esse registro converge com o estudo de Soares (2000), que mostrou que as mulheres sofrem dupla discriminação no mercado de trabalho brasileiro: por serem mulheres e por serem negras. Do mesmo modo, contribui com as análises de Souza et al. (2015), ao verificar que essas características – sexo e raça/cor –, quando são analisadas em conjunto, potencializam a desigualdade de renda.

Outrossim, os migrantes que residem na zona urbana auferiam rendimentos superiores àqueles que moravam na zona rural, em ambos os anos e independentemente da raça/cor. No entanto, chama atenção o fato de que no último ano aumentaram os diferenciais de rendimentos entre os migrantes não brancos que moravam em áreas urbanizadas e reduziram-se entre os brancos, em detrimento aos seus comparativos que residiam em áreas rurais.

TABELA 4 – DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS ENTRE MIGRANTES NÃO BRANCOS E MIGRANTES BRANCOS NO BRASIL - 2000/2010: 1º QUARTIL

1º Quartil	2000		2010	
	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco
(Intercepto)	3,963*** (0,033)	3,782*** (0,032)	3,911*** (0,050)	3,823*** (0,055)
Sexo (masculino)	0,358*** (0,007)	0,368*** (0,007)	0,545*** (0,011)	0,473*** (0,010)
Idade	0,038*** (0,002)	0,046*** (0,002)	0,045*** (0,003)	0,058*** (0,003)

1º Quartil	2000		2010	
	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco
Idade2	-0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	-0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Urbano	0,254*** (0,008)	0,296*** (0,007)	0,271*** (0,012)	0,251*** (0,013)
Chefedom	0,165*** (0,007)	0,244*** (0,007)	0,105*** (0,009)	0,106*** (0,010)
Estadocivil (casado)	0,062*** (0,007)	0,089*** (0,006)	0,043*** (0,010)	0,079*** (0,010)
Fundcompmedinc	0,236*** (0,009)	0,256*** (0,008)	0,187*** (0,011)	0,205*** (0,013)
Medcompsupinc	0,511*** (0,011)	0,612*** (0,008)	0,365*** (0,011)	0,396*** (0,012)
Supcomp	1,333*** (0,044)	1,425*** (0,025)	0,982*** (0,025)	1,006*** (0,017)
Previdência	0,373*** (0,011)	0,496*** (0,009)	0,327*** (0,013)	0,333*** (0,011)
ICS	0,141*** (0,007)	0,227*** (0,006)	0,147*** (0,009)	0,170*** (0,009)
NO	0,360*** (0,010)	0,331*** (0,014)	0,345*** (0,014)	0,354*** (0,021)
SE	0,460*** (0,008)	0,412*** (0,009)	0,462*** (0,012)	0,420*** (0,015)
SU	0,328*** (0,013)	0,326*** (0,009)	0,429*** (0,019)	0,387*** (0,016)
CO	0,511*** (0,009)	0,413*** (0,011)	0,545*** (0,013)	0,480*** (0,018)

Significância: *** significativa a 1%; ** significativa a 5%; * significativa a 10%.

Fonte: elaboração dos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 2000/2010

No tocante à escolaridade, observa-se que na medida em que se avançava nas faixas de escolaridade, maiores eram os rendimentos auferidos pelos migrantes, sobretudo para os brancos, em detrimento aos seus pares que não possuíam instrução ou tinham apenas o ensino fundamental incompleto. Todavia, ao comparar o último ao primeiro ano, verifica-se que as discrepâncias salariais se reduziram para ambos os grupos, independentemente da faixa de escolaridade. Mas, apesar dessa redução ainda ser consideravelmente elevada, os diferenciais de rendimentos entre estes e aqueles são evidentes, sobretudo, para os que possuíam o ensino superior completo. Essa análise contribui com as investigações de Sjaastad (1962), Schultz (1967) e Chiswick (1999), onde argumentam que os indivíduos procuram investir cada vez mais no seu nível de instrução para aumentarem sua produtividade e assim conseguirem obter melhores rendimentos.

Além disso, analisa-se que a previdência social e a ocupação em ICS corroboraram positivamente sobre os diferenciais de rendimento. No ano 2000, um migrante não branco contribuinte de previdência social ganhava rendimentos 37% a mais em relação àquele que não era assegurado por previdência. Já um migrante branco auferia 50% a mais, comparativamente àquele que não contribuía com a previdência social. No ano de 2010, os diferenciais se reduziram e ambos os grupos passaram a auferir rendimentos em aproximadamente 33% a mais, comparativamente aos seus pares não assegurados. Já os migrantes ocupados na ICS auferiam maiores salários, em detrimento daqueles que estavam ocupados em outros setores de atividade, no ano 2000 e no ano de 2010, independentemente da raça/cor.

A partir dos resultados plotados na Tabela 5, observa-se que, na mediana da distribuição condicional dos rendimentos, os homens migrantes não brancos recebiam 36% a mais em relação às mulheres com as mesmas características no ano 2000, aumentando esse diferencial para 44% em 2010. Por sua vez, os homens migrantes brancos auferiram 40% a mais que as mulheres no primeiro ano e aproximadamente 44% a mais no último ano.

Ademais, um migrante não branco chefe de domicílio auferia 15% a mais do que um que não era chefe de domicílio no ano 2000. Já os migrantes brancos auferiram rendimentos do trabalho 23% a mais em relação ao seu comparativo. Em 2010, o *gap* se reduz e os migrantes não brancos e brancos passaram a auferir 8% e 10% a mais, respectivamente, comparativamente aos seus pares.

TABELA 5 – DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS ENTRE MIGRANTES NÃO BRANCOS E MIGRANTES BRANCOS NO BRASIL - 2000/2010: MEDIANA

Mediana	2000		2010	
	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco
(Intercepto)	4,304*** (0,026)	4,073*** (0,032)	4,590*** (0,036)	4,269*** (0,043)
Sexo (masculino)	0,362*** (0,006)	0,400*** (0,007)	0,442*** (0,008)	0,436*** (0,008)
Idade	0,041*** (0,002)	0,052*** (0,002)	0,040*** (0,002)	0,059*** (0,002)
Idade2	-0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,000*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Urbano	0,245*** (0,006)	0,281*** (0,008)	0,213*** (0,008)	0,225*** (0,009)
Chefedom	0,154*** (0,006)	0,234*** (0,007)	0,082*** (0,007)	0,096*** (0,009)
Estadocivil (casado)	0,079*** (0,006)	0,092*** (0,006)	0,056*** (0,007)	0,084*** (0,009)
Fundcompmedinc	0,234*** (0,008)	0,266*** (0,007)	0,150*** (0,009)	0,194*** (0,011)
Medcompsupinc	0,590*** (0,010)	0,719*** (0,008)	0,338*** (0,009)	0,411*** (0,010)

Mediana	2000		2010	
	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco
Supcomp	1,588*** (0,037)	1,556*** (0,021)	1,091*** (0,020)	1,150*** (0,016)
Previdência	0,425*** (0,011)	0,590*** (0,009)	0,327*** (0,011)	0,373*** (0,011)
ICS	0,192*** (0,005)	0,249*** (0,006)	0,150*** (0,007)	0,173*** (0,009)
NO	0,321*** (0,007)	0,317*** (0,013)	0,263*** (0,010)	0,286*** (0,021)
SE	0,400*** (0,007)	0,377*** (0,009)	0,345*** (0,009)	0,329*** (0,012)
SU	0,301*** (0,009)	0,281*** (0,009)	0,338*** (0,014)	0,301*** (0,012)
CO	0,445*** (0,008)	0,376*** (0,011)	0,412*** (0,010)	0,397*** (0,015)

Significância: *** significativa a 1%; ** significativa a 5%; * significativa a 10%.

Fonte: elaboração dos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 2000/2010.

Registra-se também que os níveis de escolaridade tiveram impactos acentuadamente elevados nos diferenciais de rendimentos, principalmente quando comparado ao primeiro decil da distribuição condicional dos salários. as discrepâncias salariais entre os migrantes com ensino médio completo e superior incompleto chamam atenção. Um migrante não branco nessa categoria educacional auferia rendimentos do trabalho 60% a mais em detrimento ao migrante não branco sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (categoria de referência) no ano 2000. Já um migrante branco auferia 72% a mais, em relação a um migrante branco na categoria de referência. Em 2010, os diferenciais se reduziram significativamente para 34% e 41%, respectivamente, em detrimento aos migrantes não brancos e brancos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto.

Nesse ponto de distribuição, a previdência social e a ocupação na ICS também influenciaram positivamente nos diferenciais de rendimentos para ambos os grupos. Constata-se também que os migrantes que residiam em qualquer região do país auferiam rendimentos superiores em relação aos migrantes residentes na região Nordeste, no ano 2000 e no ano de 2010, independente da raça/cor.

Na Tabela 6, analisa-se que no terceiro quartil da distribuição, ser migrante do sexo masculino também corroborava positivamente sobre os diferenciais de rendimentos entre os migrantes não brancos e brancos, em detrimento às mulheres migrantes em ambos os anos. Além disso, verifica-se que essas diferenças se elevaram quando se compara o ano 2000 ao ano de 2010. Outrossim, os migrantes brancos e não brancos que residiam em áreas urbanizadas e que eram chefes de domicílios, apesar da redução quando comparado o último ao primeiro ano, ainda foram responsáveis por elevadas disparidades nos rendimentos provenientes do trabalho, comparativamente aos seus pares.

**TABELA 6 – DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS ENTRE MIGRANTES NÃO BRANCOS
E MIGRANTES BRANCOS NO BRASIL - 2000/2010: 3º QUARTIL**

3º Quartil	2000		2010	
	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco
(Intercepto)	4,373*** (0,031)	4,254*** (0,039)	4,814*** (0,041)	4,509*** (0,054)
Sexo (masculino)	0,403*** (0,007)	0,419*** (0,008)	0,431*** (0,008)	0,456*** (0,010)
Idade	0,053*** (0,002)	0,063*** (0,002)	0,045*** (0,002)	0,065*** (0,003)
Idade2	-0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	-0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Urbano	0,258*** (0,007)	0,275*** (0,009)	0,216*** (0,009)	0,199*** (0,012)
Chefedom	0,171*** (0,007)	0,247*** (0,008)	0,103*** (0,008)	0,116*** (0,011)
Estadocivil (casado)	0,101*** (0,006)	0,112*** (0,007)	0,081*** (0,009)	0,101*** (0,010)
Fundcompmedinc	0,284*** (0,009)	0,327*** (0,009)	0,168*** (0,010)	0,208*** (0,014)
Medcompsupinc	0,757*** (0,013)	0,859*** (0,010)	0,396*** (0,012)	0,491*** (0,013)
Supcomp	1,793*** (0,072)	1,664*** (0,019)	1,267*** (0,025)	1,304*** (0,017)
Previdência	0,538*** (0,016)	0,678*** (0,010)	0,401*** (0,015)	0,475*** (0,014)
ICS	0,259*** (0,007)	0,289*** (0,007)	0,213*** (0,010)	0,215*** (0,011)
NO	0,316*** (0,009)	0,320*** (0,017)	0,243*** (0,013)	0,303*** (0,022)
SE	0,381*** (0,007)	0,343*** (0,010)	0,311*** (0,010)	0,295*** (0,014)
SU	0,284*** (0,011)	0,236*** (0,011)	0,311*** (0,015)	0,262*** (0,015)
CO	0,401*** (0,008)	0,342*** (0,013)	0,375*** (0,011)	0,383*** (0,019)

Significância: *** significativa a 1%; ** significativa a 5%; * significativa a 10%.

Fonte: elaboração dos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 2000/2010.

No que tange às discrepâncias salariais pela escolaridade, verifica-se que os resultados de ambos os grupos (migrantes não brancos e brancos) eram acentuadamente elevados em qualquer ponto da distribuição condicional dos rendimentos, em relação àqueles sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Destacam-se as disparidades de rendimentos entre os migrantes que possuíam o ensino superior completo, visto que esses diferenciais são maiores do que aqueles verificados nos outros pontos da distribuição. No ano 2000, os migrantes não brancos nessa categoria auferiram rendimentos do trabalho 179% a mais, comparativamente aos não brancos na categoria de referência, reduzindo o diferencial para 127% no ano de 2010. Já os migrantes brancos com ensino superior recebiam 166% a mais no ano 2000, reduzindo para 130% em 2010, em relação àqueles sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto.

Nesse ponto da distribuição, os diferenciais de rendimentos eram substancialmente elevados para os migrantes não brancos e brancos contribuintes de previdência social, em detrimento aos seus pares que não eram assegurados por previdência, em ambos os anos. Além disso, os migrantes ocupados na ICS e os residentes de qualquer região do país, independentemente da raça/cor, auferiam maiores rendimentos do trabalho em relação aos ocupados em outros setores de atividade e aos que moravam na região Nordeste, nos anos 2000 e 2010.

Por fim, na Tabela 7, observa-se que no 90º percentil da distribuição condicional dos salários, as características socioeconômicas e demográficas continuam impactando de forma elevada nos diferenciais de rendimentos do trabalho, tanto para os migrantes não brancos quanto para os brancos. O sexo (masculino) corrobora positivamente nas discrepâncias salariais. Ou seja, os homens migrantes auferem maiores rendimentos em relação às mulheres migrantes, sendo que, ao comparar o último ao primeiro ano, aumentam-se os diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres de raça/cor não branca e reduzem-se entre os brancos. Ou seja, a desigualdade de rendimento era ainda maior entre os migrantes não brancos em ambos os anos.

Ademais, os migrantes brancos e não brancos que residiam em áreas urbanizadas auferiam rendimentos superiores em relação aos que moravam em áreas rurais, em ambos os anos. Porém, registra-se uma redução desse diferencial quando comparado o ano de 2010 ao ano 2000. Esse resultado pode ser justificado a partir da análise de Adam Smith (1988), onde os salários ofertados nas grandes localidades industriais e comerciais atraem muito migrantes, na medida em que proporcionam aos indivíduos empregos mais vantajosos.

TABELA 7 – DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS ENTRE MIGRANTES NÃO BRANCOS E MIGRANTES BRANCOS NO BRASIL - 2000/2010: 9º PERCENTIL

90º Percentil	2000		2010	
	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco
(Intercepto)	4,525*** (0,044)	4,638*** (0,055)	4,972*** (0,068)	4,702*** (0,071)
Sexo (masculino)	0,427*** (0,009)	0,416*** (0,011)	0,453*** (0,013)	0,453*** (0,015)
Idade	0,062*** (0,003)	0,062*** (0,003)	0,050*** (0,004)	0,073*** (0,004)
Idade2	-0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	-0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)

90° Percentil	2000		2010	
	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco
Urbano	0,240*** (0,010)	0,225*** (0,013)	0,227*** (0,014)	0,177*** (0,018)
Chefedom	0,194*** (0,010)	0,274*** (0,012)	0,130*** (0,013)	0,157*** (0,015)
Estadocivil (casado)	0,122*** (0,010)	0,152*** (0,011)	0,123*** (0,014)	0,126*** (0,015)
Fundcompmedinc	0,346*** (0,012)	0,400*** (0,014)	0,187*** (0,016)	0,235*** (0,019)
Medcompsupinc	0,867*** (0,016)	0,953*** (0,012)	0,487*** (0,018)	0,570*** (0,018)
Supcomp	1,929*** (0,038)	1,650*** (0,026)	1,357*** (0,035)	1,413*** (0,025)
Previdência	0,666*** (0,021)	0,787*** (0,015)	0,510*** (0,024)	0,571*** (0,020)
ICS	0,392*** (0,010)	0,384*** (0,010)	0,315*** (0,015)	0,267*** (0,016)
NO	0,345*** (0,014)	0,389*** (0,028)	0,294*** (0,022)	0,381*** (0,032)
SE	0,350*** (0,010)	0,302*** (0,013)	0,271*** (0,015)	0,250*** (0,019)
SU	0,295*** (0,015)	0,198*** (0,014)	0,283*** (0,023)	0,238*** (0,021)
CO	0,352*** (0,013)	0,345*** (0,017)	0,353*** (0,017)	0,363*** (0,028)

Significância: *** significante a 1%; ** significante a 5%; * significante a 10%.

Fonte: elaboração dos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 2000/2010

No que mostra a escolaridade, verifica-se que nesse ponto de distribuição as mudanças nas faixas de escolaridade possibilitaram ganhos salariais elevados para ambos os grupos. Chama atenção o fato de que, no ano 2000, os migrantes não brancos auferiram rendimentos do trabalho 193% a mais em relação àqueles sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Já os migrantes brancos recebiam 165% a mais, comparativamente àqueles na categoria de referência. Em 2010, os diferenciais se reduzem para 136% e 141%, respectivamente, em detrimento aos seus comparativos. Desse modo, pode-se destacar que a escolaridade é um forte condicionante para a superação da pobreza, conforme descreve Silva Filho (2017), Silva Filho e Maia (2018) em seus estudos, sendo ela responsável pela elevação dos retornos salariais e, conseqüentemente, pela minimização da discriminação no mercado de trabalho, tanto por sexo quanto por raça/cor.

Além disso, os impactos da previdência social sobre as disparidades salariais nesse percentil de distribuição são acentuadamente elevados e superiores aos demais pontos da distribuição condicional dos rendimentos. Os migrantes não brancos contribuintes de previdência social auferiram 66% a mais em relação aos migrantes não brancos que não eram assegurados no ano 2000, reduzindo o diferencial para 51% no ano de 2010. Já entre os migrantes brancos a disparidade era ainda maior, registrando 79% a mais, em detrimento ao migrante branco que não era contribuinte de previdência social no ano 2000, reduzindo o *gap* para 57% em 2010.

Outrossim, ser ocupado na ICS e residir nas regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, proporciona maiores rendimentos, tanto para os migrantes não brancos quanto para os migrantes brancos, comparativamente aos seus pares que estavam ocupados em outros setores da economia e que residiam na região Nordeste, em ambos os anos. Esse registro corrobora com as análises de Ravenstein (1980) e Lisboa (2008), que em seus estudos descreveram que as pessoas são impulsionadas a migrar para os locais onde as atividades econômicas são mais dinâmicas, proporcionando diversos ensejos de emprego e renda.

Desse modo, verifica-se que nos períodos em análise, as características socioeconômicas e demográficas corroboraram positivamente sobre os diferenciais de rendimentos, tanto para os migrantes brancos quanto para os migrantes não brancos ocupados no mercado de trabalho brasileiro. Cabe aqui destacar que, dentre as variáveis analisadas, a escolaridade possuiu maior influência sobre os diferenciais de rendimentos ao longo da distribuição condicional dos salários entre os migrantes no Brasil.

4. CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi identificar se há disparidade de rendimentos do trabalho entre os migrantes por raça/cor; e, posteriormente, analisar os efeitos das características socioeconômicas e demográficas sobre os diferenciais de rendimentos do trabalho entre os migrantes intermunicipais brasileiros, nos Censos de 2000 e de 2010, considerando-se os grupos brancos e não brancos separadamente. Os resultados mostraram que há efeitos semelhantes das características entre os dois grupos, sendo possível constatar apenas a intensidade dada pelos resultados encontrados a partir dos coeficientes das estimações.

Os migrantes não brancos auferiam rendimentos do trabalho inferiores aos migrantes brancos em ambos os censos em análises. Todavia, faz-se oportuno destacar que a escolaridade é diferenciada entre os grupos, uma vez que, os não brancos eram maioria nas mais baixas faixas de escolaridade e relativamente poucos nas melhores faixas; ao contrário dos brancos, que mesmo tendo percentual elevado nas menores, também concentravam parcela relativa nas melhores faixas de escolaridade. Ademais, brancos eram maioria na formalidade no mercado de trabalho, além de nos setores da indústria, comércio e serviços, o que pode resultar em maiores retornos salariais comparativamente aos migrantes não brancos.

Adicionalmente, os efeitos das características socioeconômicas e demográficas afetaram na mesma direção tanto os migrantes não brancos quanto os brancos. Para ambos os grupos, os homens auferiam rendimentos do trabalho superiores às mulheres, tanto no primeiro quanto no último ano em análise. Ademais, as disparidades se elevaram à medida que se avançavam nos pontos da distribuição condicional da renda, enquanto os chefes de domicílios e os casados auferiram rendimentos do trabalho superiores aos seus comparativos em ambos os anos e para os dois grupos.

Destaca-se que os retornos à educação foram elevados tanto para os migrantes brancos quanto para os não brancos, em magnitudes diferenciadas, mas mantendo-se elevada ao longo da distribuição condicional dos salários, apesar de os coeficientes terem registrado menores retornos em 2010, comparativamente a 2000. Ou seja, independentemente da raça/cor, avançar na escolaridade formal proporciona maiores retornos salariais, sendo essa uma importante variável na redução das disparidades de rendas no país.

Sugere-se para trabalhos futuros a ampliação do número de variáveis socioeconômicas e demográficas como controle, além de avançar no método, a partir de técnicas de pseudo-painel, por exemplo, que permitam eliminar outros vieses oriundos de características não observáveis e invariantes no tempo (por exemplo a motivação individual), que possam afetar as disparidades de renda entre os grupos em análise.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de.; LAM, David. Desigualdade de renda, desigualdade em educação e escolaridade das crianças no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 191-218, 1993.

BATISTA, Natalia Nunes Ferreira; CACCIAMALI, Maria Cristina. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 97-115, 2009.

BUCHINSKY, Moshe. The dynamics of changes in the female wage distribution in the USA: a quantile regression approach. *Journal of applied econometrics*, v. 13, n. 1, p. 1-30, 1998.

CHISWICK, Barry. Are immigrants favorably self-selected? **The American Economic Review**, Nashville, v. 89, n. 2, p. 181-185, 1999.

FREGUGLIA, Ricardo da Silva. **Efeitos da migração sobre os salários no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GAMA, Luiz Carlos Day; HERMETO, Ana Maria. Diferencial de ganhos entre migrantes e não migrantes em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Belo Horizonte, v. 34, n. 2, p. 341-366, 2017.

_____.; MACHADO, Ana Flávia. Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 155-174, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Microdados do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783>. Acesso em: 20 jul. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Microdados do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Acesso em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529>. Acesso em: 20 jul. 2022.

KOENKER, R.; BASSET, G. Asymptotic theory of least absolute error regression. **Journal of the American Statistical Association**, Boston, v. 73, n. 363, p. 618-622, 1978.

LEE, Everett. Uma teoria sobre a migração, In: MOURA, Hélio Augusto de. (org.). **Migração interna: textos selecionados**, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980, p. 89-114.

LISBOA, Severina Sarah. Os fatores determinantes dos novos movimentos migratórios. **Revista ponto de vista**, Viçosa, v. 5, p. 83-96, 2008.

MACIEL, Francieli Tonet.; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. Migração interna e seletividade: Uma aplicação para o Brasil. In: Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 39, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2011.

OLIVEIRA, Rodrigo Carvalho.; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Afinal, Quão Importantes são as Desigualdades de Escolaridade para Explicar as Disparidades Regionais de Renda no Brasil?. In: Encontro Nacional de Economia, 43 Florianópolis, **Anais [...]**. Florianópolis: ANPEC, 2015.

PRATA, Ana Carolina Aires Cerqueira. **Diferenciais Salariais por Raça no Brasil: análises contrafactuais – 1996 e 2006**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Departamento de Economia, Universidade de Brasília, 2009.

RAVENSTEIN, Ernst Georg. As leis da migração. In: MOURA, Hélio Augusto de. (coord.). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

RIBEIRO, E. P.; BASTOS, Viviane. M. Viés de seleção, retornos à educação e migração no Brasil. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 26., 2004, Rio de Janeiro. **Anais[...]** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Econometria, 2004. p. 1-19.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Desigualdades de renda: a escolaridade em questão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 169-188, 2017.

ROCHA, Marcos; CAMPOS, Maria de Fátima Sales de Souza; BITTENCOURT, Maurício Vaz Lobo. A evolução das desigualdades por categorias de escolaridade entre 1996 e 2004: Uma análise com regressões quantílicas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 141-166, 2010.

SANTOS JÚNIOR, Enestor da Rosa. **Migração e seleção: o caso do Brasil**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Pós-graduação em Economia - EPGE, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

_____.; MENEZES-FILHO; Naércio Aquino; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes. Migração e seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. In: Encontro Nacional da Economia, 2003, **Anais...** Niterói: ANPEC, 2003.

SCHULTZ, Theodore William. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SILVA FILHO, Luis Abel. **Migração: inserção socioeconômica, condição de atividade e diferenciais de rendimentos no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

_____. Migração e inserção socioeconômica nos municípios brasileiros. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS. **Anais...** Caruaru – PE, 2018.

_____.; MAIA, Alexandre Gori; LIMA E SILVA, Yuri César de; GLEDSOPN E SILVA, William. DINÂMICA MIGRATÓRIA E DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS NO RIO GRANDE DO NORTE-2000/2010. **Revista de Economia Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 1, 2019.

_____.; RESENDE, Gori Maia. Migração intermunicipal e seleção no Nordeste: evidências empíricas no período intercensitário. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 16., 2018, Curuaru. **Anais...** Caruaru: SENAC, 2018.

_____.; SANTOS, José Márcio; SIQUEIRA, Rogério Moreira. Diferenciais de rendimentos do trabalho entre migrantes e não migrantes no Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 16., 2018, Caruaru, **Anais...** Caruaru: SENAC, 2018.

SILVA, Yuri César Lima e; SILVA FILHO, Luís Abel; CAVALCANTI, Daniella Medeiros. Migração, seleção e diferenciais de renda na região Norte do Brasil em 2010. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, 22., 2016, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: Abep, 2016.

SILVEIRA NETO, Raul da Mota; CAMPELO, Ana Katarina. Radiografando as disparidades regionais de renda no Brasil: evidências a partir de regressões quantílicas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 3, p. 359-378, 2003.

SJAASTAD, Larry. The Costs and Returns of Human Migration. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 70, n. 5, p. 80-93, 1962.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SOARES, Sergei Suarez Dilton. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho** – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Brasília, DF: Ipea, 2000.

SOUZA, Solange de Cassia Inforzato de; MAIA, Katy; FIUZA-MOURA, Flavio Kaue; SILVA, Renato José da. Diferenças salariais por gênero e cor e o impacto da discriminação econômica. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 32-49, 2015.

Recebido em: 26/07/2020

Aceito para publicação em: 10/12/2021